

ENSINO MÉDIO

Professores com até 24 anos caem 31% em uma década

O número de docentes de até 24 anos no ensino médio caiu de 17,3 mil, em 2015, para 11,9 mil, em 2025. A redução de 31,1% acende o alerta para a dificuldade de atrair jovens à carreira docente. **Cidades 6**



DIVULGAÇÃO

BRASILEIRÃO

Grêmio e Palmeiras duelam pelo Brasileiro

Grêmio recebe o Palmeiras neste domingo (20), às 11h, na Arena, pela 28ª rodada do Brasileiro. Tricolor busca reação em casa diante do Verdão. **Esportes 8**



Reprodução/SE Palmeiras/X

Acesse o Portal JJ (jj.com.br) e ouça a Rádio Difusora 810 AM

Apenas 14% das pessoas com deficiência da RMJ recebem BPC



DIVULGAÇÃO

Apesar da baixa cobertura, houve avanço nas concessões, impulsionado pela judicialização

A Região Metropolitana de Jundiaí tem cerca de 43,6 mil pessoas com deficiência, segundo dados do Censo 2022, mas apenas 6.297 recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O total representa 14,4% desse público. Pago a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, o benefício equivale a um salário mínimo e não exige contribuição prévia ao INSS. Especialistas destacam que o cuidado com pessoas com deficiência muitas vezes exige gastos elevados e até afastamento profissional de familiares. **Cidades 4**

TRÂNSITO

Deslocamento entre Jundiaí e SP cresce 52% no horário de pico

Trabalhar em São Paulo significa, para muitos jundiaenses, enfrentar até mais de quatro horas por dia no trajeto entre casa e trabalho. Dados da Artesp mostram que, na volta da capital para Jundiaí, o tempo gasto no horário de pico é, em média, 32 minutos maior do que em fluxo livre, acréscimo de 52%. O custo também pesa no orçamento e pode variar de R\$ 237,60 por mês na Linha 7-Rubi a cerca de R\$ 2 mil para quem vai de carro. Segundo o Censo 2022, 15,32% dos ocupados de Jundiaí trabalham em outro município. **Cidades 4**

BASQUETE RUMO AO CHILE

Atleta busca apoio para representar região

Jovem atleta foi selecionado para disputar uma competição de basquete no Chile. A oportunidade representa um passo importante na trajetória esportiva. Para viabilizar a viagem, a família iniciou uma campanha. A arrecadação será destinada aos custos da participação no torneio. Entre as despesas estão

passagens, hospedagem e alimentação. Além da vaquinha, a família busca apoio de empresas. O objetivo é garantir que o atleta consiga viajar para competir. A história reúne esporte, oportunidade e mobilização familiar. Confira como ajudar e acompanhar essa jornada internacional. **Esportes 8**



DIVULGAÇÃO

O objetivo é garantir que o atleta consiga viajar para competir

ÍNDICE

8 PÁGINAS
Opinião | Política | Cidades | Polícia
Modulinho | Cultura | Esportes

TEMPO

SOL ENTRE NUVEIS
Mínima 19° Máxima 26°
RODÍZIO NA CAPITAL
Placas liberadas



DIVULGAÇÃO

Os maiores impactos se concentram nos horários de entrada e saída do trabalho

NOVOS ARRANJOS

Custo de vida adia saída de adultos da casa dos pais

Mesmo com trabalho e renda própria, muitos adultos continuam morando com os pais em Jundiaí. O custo de manter uma casa, os juros elevados e outros projetos pessoais ajudam a explicar a permanência. Há também quem escolha ficar por parceria, convivência e cuidado com a família. Dados do IBGE já mostravam que uma parcela relevante das pessoas entre 25 e 34 anos per-

manecia na condição de filho no domicílio mesmo estando empregada. Especialistas avaliam que independência financeira e saída da casa dos pais já não caminham necessariamente juntas. **Cidades 6**

ELEIÇÕES 2026

Candidatos apresentam propostas para garantir água à RMJ

A segurança hídrica entrou no debate eleitoral da Região Metropolitana de Jundiaí. Diante do crescimento populacional, da expansão econômica e dos efeitos das mudanças climáticas, os candidatos foram questionados sobre quais investimentos, obras e políticas públicas consideram prioritários para assegurar o abastecimento de água nas próximas décadas. As respostas abordam caminhos para ampliar a capacidade de atendimento, preservar mananciais e preparar a região para períodos de maior pressão sobre os recursos hídricos. **Política 3**



DIVULGAÇÃO

Permanecer em família se tornou uma estratégia para organizar a vida e planejar o futuro

ARTIGOS

Por mais Carméns Lúcias



ARIADNE GATTOLINI

Há quase cem anos, mulheres brasileiras precisavam lutar por algo que hoje parece elementar: o direito de escolher seus representantes e de serem escolhidas. Não estamos falando de um passado remoto. Nos anos 1920, enquanto o Brasil discutia modernização, industrialização e novos rumos para a República, metade da população ainda era mantida formalmente distante das decisões políticas. Foi nesse ambiente que surgiram mulheres como Bertha Lutz, uma das principais lideranças do movimento sufragista brasileiro. Em 1922, ela fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que transformou o direito ao voto em uma batalha organizada. Mas houve outras. Celina Guimarães Viana, professora em Mossoró, tornou-se, em 1927, a primeira mulher brasileira a obter o alistamento eleitoral, depois que o Rio Grande do Norte aprovou uma legislação permitindo votar e ser votado sem distinção de sexo. Pouco depois veio Alzira Soriano. Em 1928, aos 32 anos, foi eleita prefeita de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos válidos. Tornou-se a primeira mulher a comandar uma prefeitura no Brasil e na América Latina. Sua eleição aconteceu quatro anos antes de o Código Eleitoral de 1932 reconhecer nacionalmente às mulheres o direito de votar e serem votadas. Essas histórias deveriam causar algum desconforto. Por que revelam o tamanho da resis-

tência que precisou ser vencida apenas para que uma mulher pudesse entrar em uma urna, registrar uma candidatura ou ocupar uma cadeira que sempre parecera naturalmente destinada aos homens. O direito veio. A igualdade real, não. Em 2026, mulheres representam aproximadamente 53% do eleitorado brasileiro, mais de 82 milhões de eleitoras. Entretanto, ocupam apenas 17,7% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 12,3% do Senado. Nas eleições municipais de 2024, somente 733 dos 5.569 municípios brasileiros elegeram uma prefeita.

Carmén, ao contrário, pede desculpas ao povo brasileiro, que paga seus salários

É difícil olhar para essa distância entre maioria eleitoral e minoria no poder sem falar sobre as barreiras que permanecem. Algumas são objetivas: estrutura partidária, financiamento, formação das chapas, redes políticas construídas historicamente por homens. Outras são culturais e talvez ainda mais difíceis de romper. A misoginia política nem sempre chega anunciada como misoginia. Ela aparece quando a vida pessoal de uma mulher recebe uma atenção que dificilmente seria dedicada à de um homem; quando firmeza é interpretada como arrogância, autoridade como agressividade e ambição como defeito. Aparece quando aparência, idade, maternidade, casamento, roupa ou tom de voz tornam-se instrumentos para diminuir uma mulher que ocupa ou pretende

ocupar um espaço público. Existe uma fronteira ainda mais grave: a violência política de gênero. Em 2021, o Brasil precisou criar uma lei específica, a Lei 14.192, para prevenir e combater atos destinados a impedir, dificultar ou restringir os direitos políticos das mulheres. O Monitor de Violência Política de Gênero e Raça identificou 62 ações penais eleitorais envolvendo 69 vítimas entre 2021 e 2025. Talvez este seja o ponto que mais impressione. As pioneiras da década de 1920 enfrentaram um sistema que dizia abertamente que política não era lugar de mulher. Quase um século depois, ninguém pode sustentar isso juridicamente. Mas a resistência não desapareceu por decreto. Ela se sofisticou. Bertha, Celina e Alzira ajudaram a abrir uma porta que durante séculos esteve fechada. Outras milhares atravessaram depois delas. A história mostra, porém, que conquistar o direito de entrar não significa encontrar o mesmo caminho, as mesmas condições e o mesmo tratamento depois de atravessar a porta. O Brasil levou décadas para reconhecer que mulheres eram cidadãs políticas. Talvez o desafio deste século seja deixar de considerá-las visitantes nos espaços de poder. Por mais Carmén Lúcias na Magistratura, Lucienes, na Promotoria, e tantas outras como deputadas e vereadoras. Carmén sempre terá meu voto. Os homens podem não prestar - e não prestam mesmo. Carmén, ao contrário, pede desculpas ao povo brasileiro, que paga seus salários.

ARIADNE GATTOLINI é jornalista e escritora. Pós-graduada em ESG pela FGV-SP, administração de serviços pela FMABC e periodismo digital pela TecMonterrey, México. É editora-chefe do Grupo JJ

Viciados em internet



JOSÉ RENATO NALINI

Somos reféns das redes sociais. Elas entram em nossa vida e a rotina obriga a consulta ininterrupta à telinha, para verificar as mensagens que não param de chegar. Se isso acontece com os adultos, presumivelmente experimentados e sensatos, imagine o malefício nas mentes infantis e adolescentes. O fenômeno já chegou à Justiça americana. Júri de Los Angeles considerou a Meta e o YouTube, que pertence ao Google, responsáveis por plataformas viciantes. Os prejudicados foram usuários jovens e a indenização inicial foi de seis milhões de dólares. A advocacia descobriu mais um filão para ganhar dinheiro. Milhares de indivíduos, distritos escolares, associações e Procuradores-Gerais Estaduais ingressaram com ações semelhantes. O argumento central: as bigtechs causam danos pessoais ao oferecerem produtos defeituosos. As redes sociais podem ser comparadas ao álcool, ao cigarro ou às “bets”, cujas antecessoras foram as máquinas caça-níqueis. O poder sedutor dessa manipulação é evidente. Rolagem infinita, recomendações algorítmicas, notificações e vídeos com reprodução automática, tudo leva ao uso compulsivo. Daí resultam depressão, ansiedade, transtornos alimentares, automutilação e suicídio. Há precedentes na História. A indústria do tabaco escondia informações sobre os males resultantes do fumo. Algumas tiveram até de mudar de nome. Agora é a era digital. As emoções, as sensações, os sentimentos, passam para as telas. O Brasil, que não tem o hábito da leitura, da meditação, do exame de consciência, oferece um cenário ideal para os manipuladores

mentais. Sorte dos advogados, que vão ganhar dinheiro levando novas causas aos tribunais. Os processos ianques também usam de outros argumentos, enfatizando que as redes sociais constituem verdadeira “perturbação pública”, onerando as famílias que têm de lidar com esse problema de alienação dos jovens, de sua inapetência para o estudo e para qualquer outra atividade que não esteja no visor dos celulares, dos tablets, dos notebooks ou dos computadores. Além da indenização financeira, os processos pleiteiam mudanças no design das plataformas. Embora os valores ainda sejam baixos diante das

O Brasil oferece um cenário ideal para os manipuladores mentais

receitas bilionárias – e até trilionárias... – das empresas, as derrotas sinalizam que o período de glória desses “donos do mundo” pode estar a caminho do fim. As empresas se defendem alegando que não existe vínculo científico claro entre uso de tecnologia e vício. Querem que os prejudicados comprovem, de forma robusta, que seus produtos causaram danos significativos aos jovens. É óbvio que ainda haverá recursos e muito ainda se discutirá, para se chegar ao veredito final. Imagine-se no Brasil, com a bizarra Justiça de quatro instâncias e caótico cenário recursal! Mas é um começo. Que essa providência saneadora contra o mal que se instalou em nossas casas e que delas nunca mais sairá, se irradie em relação às mudanças climáticas. A Justiça Climática tem de atuar para obrigar governos, empresas e particulares a se ajustarem ao verdadeiro “estado de necessidade” ou “legítima defesa” para salvar a saúde e a vida, contra quem produz poluição, consome demais, desperdiça demais e não sabe descartar seu lixo, quem desmata e quem prejudica toda espécie de vida. No mundo civilizado, os tribunais já têm julgado causas análogas. Tomara que esse costume chegue logo ao Brasil. A natureza e a saúde agradecem.

JOSÉ RENATO NALINI é Reitor da UNIREGISTRAL, docente da Pós-graduação da UNINOVE e Secretário-Executivo das Mudanças Climáticas de São Paulo.

Segurança é questão de Estado, não de Governo



JOSÉ OSVALDO FERNANDES

O país enfrenta a polarização despolitizada, o que não permite o debate racional sobre a segurança pública nacional. Isso coloca partidos, correntes políticas numa zona de “conforto”, que, na verdade, é um jogo de “faz de conta” em que os lados falam para os seus crentes das mesmas vontades de suas lideranças. “A criminalidade que existe hoje no Brasil organiza-se em rede, sendo transnacional, e opera no âmago do sistema financeiro, tem acesso a tecnologias de ponta e infiltra-se em mercados legais e em estruturas estatais”. O Estado brasileiro, aqui, representando a União, os estados e os municípios, tenta combater o crime organizado, usando ferramentas que poderiam fazer algum sentido para a antiga realidade criminal que já não existe. Continuamos usando remédio para curar dor

de cabeça de búfalo, tentando curar dor de cabeça de cavalo. O crime organizado, hoje, institucionalmente, já supera o Estado brasileiro. Por ocupar lugares onde o Estado Oficial não chega, consegue criar um outro tipo de estado, o chamado “estado paralelo”, em que a métrica é colocar a população sob a égide do medo, a da violência. Num mundo onde o que parece interessar é “reality show”, o líder político precisa performar autenticidade continuamente. O compromisso não é com a Constituição, mas com a audiência. “Os programas políticos não se comprometem com a coerência, mas com a racionalidade algorítmica que é moldada pela capacidade de viralização. A política espetáculo é um novo modo de regime autoritário. A soberania se desloca do povo e das instituições políticas mediadas pelas leis para a representação midiática”. Guy Deborde, intelectual francês, publicou em 1967 o seu livro “A sociedade do Espetáculo”, no qual refletiu que a vida social é dominada por imagens e por aparências, e o

espetáculo é a forma de organização de realidade, por isso a sociedade interage passivamente em mera contemplação das representações. O espetáculo funciona ainda como forma eficiente de controle social. A reflexão não poderia ser mais atual. Um novo episódio de ordem política surgiu e a erosão da democracia avança numerverso espetáculo. A meta é superar o atual estado de desagregação e a paralisia da vontade impostas pelas forças que regem a polarização. Segurança é questão de Estado, não de governos. Sugestões para um projeto de Segurança Pública para o Estado Brasileiro: 1. Enfrentar o crime organizado nos mercados ilícitos e o processo de infiltração na economia legal, com a construção de forças-tarefas e agências integradas não limitadas às policiais. 2. Retomar os territórios controlados pelo crime organizado com ações policiais integradas e medidas de estabilização comunitária. 3. Apoiar o desenvolvimento das forças policiais, ampliando sua legitimidade.

- 4. Aumentar a elucidação de crimes, fomentando a integração de dados e a interoperabilidade das agências.
- 5. Racionalizar o sistema prisional com o objetivo de reduzir as assimetrias orçamentárias entre as unidades da federação na gestão do sistema e promover a ruptura do comando das facções.
- 6. Ampliar a governança federa

A política espetáculo é um novo modo de regime autoritário

tiva e valorizar o papel do município na segurança pública, com padrões de qualidade e controle. 7. Investir na política externa e na cooperação internacional como elementos estruturantes da política de segurança pública. 8. Promover o diálogo com o Congresso Nacional para enfrentar as lacunas estruturais do desenho da segurança pública brasileira que dependem de mudanças na legislação e, em alguns casos, no próprio texto constitucional.

- 9. SUSP (Sistema Único de Segurança Pública). Se cadeia e prisão resolvessem a questão de segurança, o Brasil seria o terceiro país mais seguro do mundo, pois mantém no seu caótico sistema prisional cerca de 784 mil presos e cerca de 145 mil em regimes domiciliares, presos com tornozeleiras, regimes semiabertos, num total de 938 mil presos. Nesse aspecto, o Brasil só fica atrás dos Estados Unidos e da China. O que chama a atenção são os baixos números de presos por 100 mil habitantes, nos países que praticam a melhor educação do mundo, dentre eles: Finlândia 52, Japão 33, Islândia 35, Noruega 55, Suíça 78, Holanda 54, Alemanha 68, Dinamarca 70, Portugal 115, Áustria 105. O modelo de prisão desses países tem como foco principal reabilitação e reintegração social. O objeto é recuperar o indivíduo e evitar que ele volte a cometer crimes, tratando a prisão como punição em si, sem impor sofrimento adicional. O modelo de prisão tem um ambiente humanizado, de reeducação e de trabalho, com baixa

reincidência. A prisão é transformada numa universidade. O preso, a depender do tempo que vai ficar na prisão, será submetido aos estudos, podendo fazer até curso universitário dentro da prisão. O modelo de prisão brasileiro apresenta superlotação, forte presença de facções criminosas, condições sanitárias precaríssimas, violência e falta de programas educacionais. A população da Alemanha, hoje, é de 84 milhões de habitantes e tem quase 58 mil presos; enquanto no Brasil, há 938 mil detentos para uma população de 214 milhões de pessoas. Sendo assim, comparando as populações dos dois países, o Brasil, hoje, deveria ter menos de 144 mil presos. Finalizando, em vez de Cadeia – Escola (educação). Fonte de pesquisas: Alberto L. Kopittke, Carolina Ricardo, Fábio R. Bechara, Luís Flávio Saporì, João Henrique Martins, Leandro Piquet Carneiro, Renato Sérgio de Lima, Samira Bueno, Túlio Kahn. OSVALDO FERNANDES foi secretário de Educação em Jundiaí

“Os artigos dessa página não representam a opinião desse jornal e é de inteira responsabilidade dos seus autores”

ÁGUA Candidatos apresentam propostas para garantir abastecimento e segurança hídrica diante do crescimento da população e da crise climática

Segurança hídrica entra no debate sobre o futuro da RMJ

DINÁ DE MELO
grupo.editor@jj.com.br

A água será um dos desafios estratégicos da Região Metropolitana de Jundiaí nas próximas décadas. Com o crescimento populacional e

a expansão das atividades econômicas, aumenta também a necessidade de planejamento para assegurar o abastecimento dos municípios, especialmente diante dos efeitos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos.

Na 15ª pergunta da série de reportagens do Jornal de Jundiaí, os candidatos a deputado estadual e federal foram convidados a apresentar quais investimentos e políticas públicas consideram prioritários para garantir a

segurança hídrica da RMJ no longo prazo. A questão envolve desde a preservação dos mananciais e o uso responsável da água até investimentos em infraestrutura, planejamento e medidas para enfrentar períodos

de estiagem. Nem todos os candidatos contatados nos enviaram as respostas.

A pergunta enviada foi: ÁGUA E SEGURANÇA HÍDRICA
O crescimento populacional, a expansão econômica

e as mudanças climáticas aumentam a pressão sobre o abastecimento de água. Que investimentos ou políticas públicas precisam ser priorizados para garantir segurança hídrica à RMJ nas próximas décadas?

RESPOSTAS DOS CANDIDATOS

LUIZ FERNANDO MACHADO

Segurança hídrica exige planejamento de longo prazo. Em Jundiaí, como prefeito, avançamos na ampliação da reservaçã



DR. CABOCLIO

Troca de tubulações para reduzir perdas (hoje 40%) é o primeiro passo. O Rio Jundiaí-Mirim e as represas têm alta carga orgânica - folhas e terra - que, tratadas da forma ultrapassada de hoje, com cloro, formam orga



ANTONIO CARLOS ALBINO

Água é vida e segurança para nossas famílias, nossa economia e o futuro da RMJ. Como deputado federal, vou defender investi



ELLEN MARTINELLI



A segurança hídrica precisa ser prioridade. Vamos defender investimentos em ampliação e modernização do abastecimento, redução de perdas, reservaçã



JOÃO PAULO

ARMJ precisa de um Plano Regional de Segurança Hídrica, com ampliação de reservatórios, ETAs, adutoras e interligações entre os municípios. É prioridade concluir a Adutora Paiva Castro, proteger a bacia do Jundiaí-Mirim, reduzir perdas com troca de redes e sensores e ampliar o reúso industrial. Também defenderei recursos estaduais e planos de contingência para períodos de seca.

CRISTIANO LOPES

Como deputado federal, vou apoiar Jundiaí na busca por recursos para a construção de novas represas, ampliando a capacidade de armazenamento, principalmente na Zona Oeste. Já nas cidades da região atendidas pela Sabesp, vou cobrar investimentos em novas represas, melhoria da qualidade do abastecimento e serviços mais eficientes para a população.



EDICARLOS VIEIRA

Água não respeita divisa de município, por isso segurança hídrica precisa ser tratada regionalmente. A Serra do Japi concentra nascentes e cursos d'água importantes, e apresentei o PLC 1.188/2026 para ampliar sua proteção. Jundiaí, por exemplo, recebe água do Rio Atibaia na estiagem, enquanto mananciais da Serra atendem outros municípios. Precisamos proteger as bacias e investir de forma conjunta.



FAOUAZ TAHA

Segurança hídrica precisa ser tratada como uma política regional e de longo prazo, cada vez mais atenta às mudanças climáticas que são uma realidade. Em Jundiaí, temos uma estrutura de referência. Como deputado estadual, pretendo buscar recursos e articulação com o Governo do Estado para ampliar a capacidade de abastecimento, modernizar infraestrutura e reduzir as perdas de água também na nossa Região. Defendo a proteção dos mananciais e a recuperação de áreas importantes para a produção de água, além de planejamento para enfrentar períodos de estiagem.



DANILO JOAN

Para garantir segurança hídrica à RMJ nas próximas décadas, é fundamental investir em planejamento regional, ampliação e modernização da infraestrutura de abastecimento, redução de perdas e tratamento de esgoto. Também precisamos proteger mananciais, incentivar o reúso da água e adotar políticas de prevenção diante das mudanças climáticas. A integração entre municípios, Estado e iniciativa privada será essencial para assegurar água de qualidade para todos.



FERNANDO PASQUALINO

Preservar nossas nascentes e áreas verdes (como a Serra do Mursa), modernizar a rede de distribuição para reduzir perdas e desperdício, e incentivar captação de água da chuva e reúso. Segurança hídrica exige planejamento federal e estadual integrado, com recursos para saneamento básico e educação ambiental. Água é vida e garantir esse direito é prioridade.

CRISE INSTITUCIONAL

Supremo é maior do que todos os seus ministros, diz Celso de Mello

O ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) Celso de Mello afirmou, em texto divulgado na última semana, que é necessário separar o tribunal, como instituição, de seus membros. Ele defende a necessidade de individualizar as condutas dos ministros. Segundo Mello, a importância da corte transcende a “individualidade de cada um de seus membros”. As suspeitas de caráter pessoal não devem ser generalizadas e servir à desqualificação do tribunal, afirma o ministro. Sem citar nomes, ele também diz que a defesa da corte não pode servir para proteger interesses individuais e evitar a apuração de eventuais desvios. “Se não é admissível projetar sobre a instituição, indistintamente, a sombra de

suspeitas que recaem sobre determinados integrantes, tampouco se revela legítimo invocar a defesa institucional do Supremo como obstáculo ao esclarecimento de fatos ou como expediente de proteção pessoal”, afirma Mello. Ele pondera, entretanto, que a gravidade das suspeitas não as transforma em provas e defende que proteger o STF e apurar suspeitas individuais de ministros são exigências convergentes de uma mesma ética republicana. “A presunção de inocência, o devido processo legal e a exigência de elementos probatórios consistentes devem coexistir com o dever de esclarecimento, sem favorecimentos, sem perseguições e sem concessões ao clamor circunstancial”, disse. O ministro aposentado reafirma que a separação en

tre instituição e pessoas não pode servir à impunidade. Ele também defende que ficar em silêncio ante suspeitas “pode aprofundar o desgaste que pretende conter”. “Nenhum deles [ministros] pode pretender que a preservação de sua própria imagem se confunda com a defesa da corte, pois a instituição pertence à República, e à República devem responder aqueles que a integram”, conclui Mello. O STF vive uma crise inédita, agravada após sessão tumultuada que debateu o relatório da Polícia Federal na terça (15). O documento aponta Alexandre de Moraes como interlocutor do ex-banqueiro Daniel Vercaro. O dono do Banco Master teria perguntado ao ministro se deveria deixar o país antes de ser preso pela PF. As suspeitas vieram à tona após André Mendon

ça, então relator do caso no STF, tornar públicas as mensagens. Moraes acusou o colega de motivação política e pediu a investigação por abuso de autoridade. O presidente do Supremo, Edson Fachin, assumiu a relatoria e chamou para si a responsabilidade pelo caso.

As críticas a essa medida dominaram a sessão de terça, que terminou obstruída pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes. O grupo, que também incluiu Moraes, defendeu que a legalidade do relatório fosse julgada na mesma sessão que deve analisar suspeitas sobre a

atuação de Mendonça, marcada para o dia 23 de setembro. Dino também classificou a manobra de Fachin como “avocatória”, instituto jurídico associado à ditadura militar que consistia na possibilidade do presidente do STF assumir a relatoria de casos discricionariamente.



SETEMBRO VERDE Há, no entanto, aumento nas concessões do benefício, inclusive por conta da judicialização de casos em toda a Região

Na RMJ, só 14% das pessoas com deficiência recebem BPC

DA REDAÇÃO
grupo.editor@jj.com.br

Esta segunda-feira (21) é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, data que lembra a importância da inclusão social no Brasil. A conscientização, porém, é proposta do mês, com a campanha Setembro Verde, dedicada à conscientização sobre a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência (PcD). E um dos direitos da pessoa com deficiência, por vezes, não chega a todas que necessitam. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio mensal pago a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, abrange cerca de 14,4% da população com deficiência nas sete cidades da região.

O BPC é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Esse benefício, de um salário mínimo, não exige contribuição prévia ao INSS, mas não paga 13º, não gera pensão em caso de morte e é reavaliado a cada dois anos. Nestas condições, pessoas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, que tenham impedimento de longo prazo (no mínimo 2 anos)



Benefício é garantido a pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social

de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que impeça a participação plena na sociedade, podem receber o BPC se comprovada a renda domiciliar per capita de até 1/4 do salário mínimo (quando não há elevado gasto com saúde), além de cadastro prévio no CadÚnico.

Dados do Censo 2022 mostram que Jundiaí, com 443.221 habitantes, tem 5,1% da população com deficiência. Na Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ), a população, de acor-

do com o Censo 2022, chega a 843.633 habitantes. Em média, considerando todos os municípios, 5,2% da população da região tem alguma deficiência, o que equivale a 43.615,8 pessoas, na média. No entanto, apenas 6.297 pessoas na região recebem o BPC por deficiência. Esse total representa 14,4% da população com deficiência.

De acordo com especialistas, o cuidado de pessoas com deficiência exige recursos financeiros e, em muitos casos, abdicação profissional de al-

gum membro da família. Isso acaba gerando queda na renda familiar. Em artigo publicado no Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), a advogada Natália Martinello Gründler defende que o cuidado intensivo exigido por filhos com necessidades especiais produz impactos concretos na autonomia econômica e profissional do genitor que o exerce. Essa sobrecarga, ainda segundo a advogada, é majoritariamente suportada por mulheres, revelando um cenário desigual.

TENDÊNCIA DE ALTA NAS CONCESSÕES

E, mesmo que nem todas as pessoas tenham acesso e conhecimento sobre o BPC, a tendência é de que mais famílias precisem do benefício. A população com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem aumentando e essas pessoas têm direito ao BPC se comprovados os critérios exigidos. Dados dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês), órgão dos EUA de monitoramento de doenças, revelam aumento de 315% na prevalência de TEA entre 2000 e 2020 no país. No Brasil, o Censo 2022 mostrou que cerca de 1% da população (2,4 milhões de pessoas) têm TEA.

Nesta toada, o Governo Federal prevê alta de 25% nos gastos com BPC para pessoas com deficiência em 2027. As despesas devem alcançar R\$ 83,9 bilhões no ano que vem, exatos R\$ 17 bilhões a mais do que os R\$ 66,9 bilhões reservados no Orçamento da União de 2026. Os valores não consideram o BPC para idosos, que deve custar R\$ 60,3 bilhões em 2027. Nos últimos anos já houve aumento con-

siderável dos pagamentos do benefício no Brasil e dois fatores poderiam responder a este aumento: decisões judiciais e diagnósticos enquadrados como autismo infantil.

O BPC para pessoas com deficiência tem uma expansão acelerada e, neste ano, a equipe econômica do Governo Federal já precisou revisar os números e reconhecer que a despesa alcançará R\$ 79 bilhões. Quando comparada com esse valor, a reserva para 2027 cresce apenas 6,2%, o que não cobre nem mesmo o reajuste previsto para o salário mínimo (7,4%). Isso significa que ou o governo antevê alguma redução no número de beneficiários, ou a despesa pode estar subestimada e extrapolar novamente o previsto.

A judicialização do benefício cresceu em momentos de maior demora no atendimento, devido às filas do INSS. Dados do Conselho Nacional de Justiça mostram que, dentro do Direito Assistencial, há neste ano na RMJ já 865 pedidos judiciais de benefício assistencial para pessoas com deficiência. Em todo o ano passado, foram 706; 516 em 2024; 452 em 2023; e 347 em 2022.

TRÂNSITO

Deslocamento Jundiaí-SP está 52% maior em horário de pico

Para milhares de jundiaenses, trabalhar em São Paulo significa incorporar à rotina diária horas de deslocamento entre a casa e o trabalho. Dependendo do meio de transporte e das condições do trajeto, a viagem de ida e volta pode consumir de duas a mais de quatro horas por dia. De carro, nos horários de pico, o percurso pode ultrapassar duas horas e meia; de ônibus fretado, fica em torno de três a quatro horas; e, de trem, pode chegar a aproximadamente quatro horas. Dados da Artesp mostram ainda que, no retorno de São Paulo para Jundiaí, são gastos, em média, 32 minutos a mais do que em con-

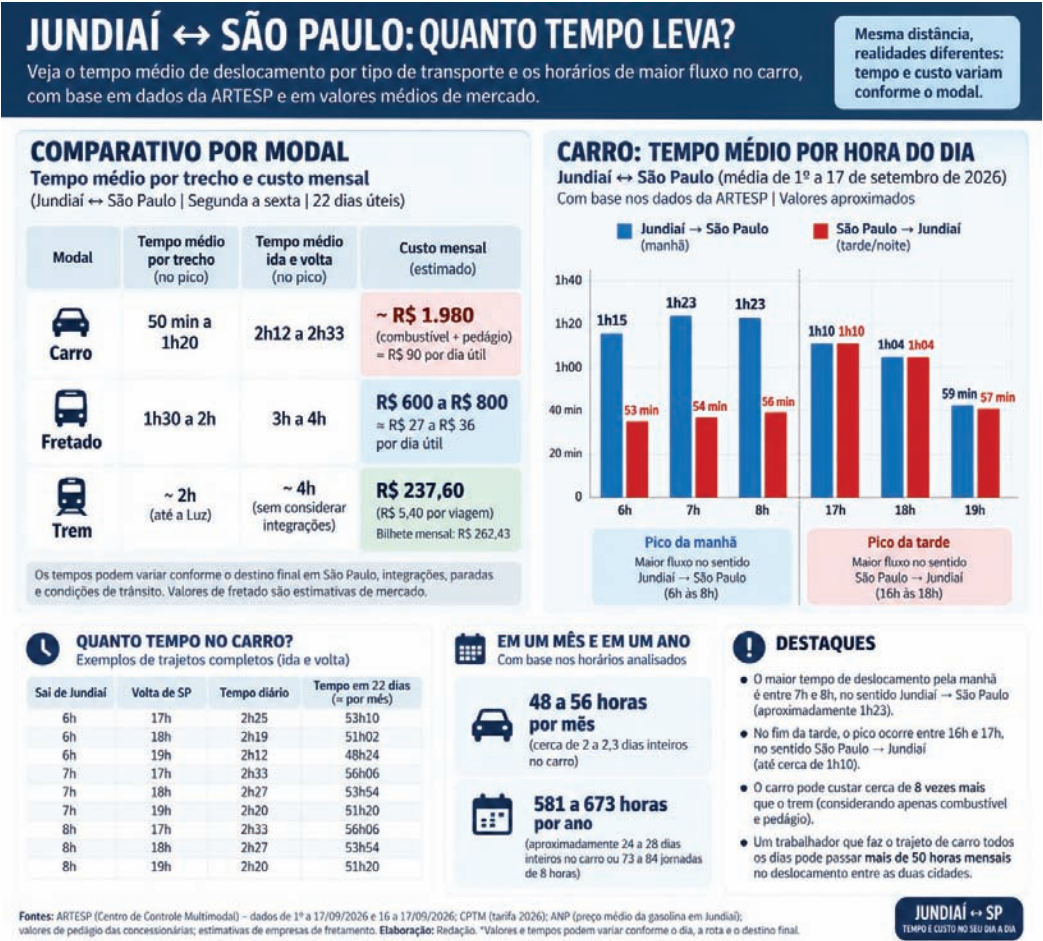
dições de fluxo livre, acréscimo de 52%.

O peso da distância também aparece no orçamento. Em 22 dias úteis, o gasto para quem utiliza exclusivamente a Linha 7-Rubi é de R\$237,60, mas pode variar entre R\$600 e R\$800 nos ônibus fretados e chega a cerca de R\$2 mil para quem vai de carro, considerando combustível e pedágios. Conexões com metrô ou ônibus na capital e despesas com estacionamento podem elevar ainda mais esses valores.

O fluxo diário faz parte da rotina de uma parcela significativa dos trabalhadores da cidade. Segundo o Censo 2022, Jundiaí possui 220.445

pessoas ocupadas, das quais 15,32% trabalham em outro município. São Paulo se destaca entre os destinos pelo tempo e pelo custo envolvidos no deslocamento.

Nas rodovias, os maiores impactos estão concentrados justamente nos períodos de entrada e saída do trabalho. Dados coletados entre 1º e 17 de setembro no site da Artesp mostram que, no sentido Jundiaí-São Paulo, o período entre 6h e 8h é o mais crítico. Na volta, o maior impacto ocorre entre 17h e 19h. Para o transporte ferroviário, o tempo médio de duas horas e meia costuma sofrer alterações em casos ambientais e mecânicos, co-



FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA

Ellen MARTINELLI

DEPUTADA FEDERAL

4433

JUNDIAÍ E REGIÃO

NÃO PODEM FICAR SEM REPRESENTANTES EM BRASÍLIA!

PROPAGANDA ELEITORAL - ELEIÇÃO 2026 ELLEN CAMILA DE SOUZA MARTINELLI DEPUTADA FEDERAL - CNRJ 68.257.325/0001-89
UNIÃO BRASIL - FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA - VALOR PAGO PELA INSERÇÃO: R\$ 3.000,00

MARCAS DA Engenharia



Histórias de quem ajudou a
construir o futuro das cidades.

ASSISTA EM



▶ TVCreaSP



COMPORTAMENTO Mesmo com renda própria, adultos adiam a saída de casa diante dos custos e de novos projetos

Custo de vida e planos pessoais prolongam a vida com os pais

GIOVANNA VIANNA
grupo.editor@jj.com.br

Para algumas pessoas, sair da casa dos pais é sinônimo de independência. Para outras, esperar mais alguns anos pode ser uma forma de organizar a vida financeira, realizar outros planos ou cuidar da família. Em Jundiaí, adultos que trabalham e têm renda própria continuam morando com os pais, mostrando que a saída de casa nem sempre acontece no mesmo momento em que chega a independência financeira.

Aos 38 anos, Paula Carolina Amorim Antonio nunca morou sozinha. A permanência na casa da mãe é uma escolha que também envolve cuidado e parceria. As duas dividem despesas como energia, água, mercado, telefone e internet. “Foi uma escolha minha e agora também quero cuidar dela. Nós dividimos os gastos que temos”, conta.

Paula já pensou em morar sozinha, mas o custo de manter uma casa faz com que o plano espere um pouco mais. Enquanto isso, dividir as despesas permite que ela organize a vida financeira e conquiste outros objetivos. “Morando com a minha mãe, consigo economizar e realizar outros planos. Conquistar meu carro foi um exemplo disso”, afirma. A ideia é sair



Psicóloga Ingrid Thayná fala sobre independência e convivência

de casa quando estiver mais estabilizada financeiramente e avançar para uma nova etapa ao lado do noivo.

A história da biomédica Carolina R., de 41 anos, também mostra que morar com os pais pode ser uma escolha mesmo quando existe independência financeira. Profissional autônoma, ela sempre morou com a mãe e diz que a convivência entre as duas se transformou em uma parceria. “Moro com a minha mãe e nossa convivência sempre foi ótima. Somos parceiras e ajudamos uma à outra, o que também acabou sendo mais benéfico do que estar cada uma em sua casa. A independência financeira com certeza muda a relação dentro de casa para melhor e favorece todos”, afirma.

Carolina tem planos de comprar um imóvel, mas isso não significa necessariamente deixar a casa da mãe. Os custos de moradia e financiamento pesam na decisão, enquanto a divisão das despesas ajuda a manter outros projetos. “Eu gostaria e está nos meus planos comprar um imóvel, isso não quer dizer necessariamente sair da casa da minha mãe. Mas pode ser uma possibilidade também. Para isso acontecer, a economia atual precisaria melhorar muito e os juros de financiamento diminuir”, relata.

UMA GERAÇÃO QUE DEMORA MAIS PARA SAIR

A permanência de adultos na casa dos pais não é um fenômeno novo e também não está necessariamente ligada à falta



Paula Amorim prefere morar com a mãe, devido à parceria e custos

de trabalho ou renda. Segundo o IBGE, em 2015, 25,3% das pessoas de 25 a 34 anos estavam na condição de filho no domicílio, acima dos 21,7% registrados em 2005. Naquele ano, 76,2% dessas pessoas estavam ocupadas, mostrando que ter trabalho não significava necessariamente morar fora da casa dos pais.

Os motivos podem ser diferentes. Para alguns, o dinheiro economizado ajuda a comprar um carro, fazer uma pós-graduação ou juntar recursos para adquirir um imóvel. Para outros, a permanência está ligada

à dinâmica familiar ou ao cuidado com os pais.

Para a psicóloga Ingrid Thayná, a questão financeira é importante, mas não explica sozinha por que um adulto permanece na casa dos pais. “Hoje, a ideia de independência também está passando por transformações. Ter renda própria não significa necessariamente que a pessoa precise morar sozinha para ser considerada independente. É importante observar as crenças e expectativas que cada pessoa possui sobre o que é ser adulto, ser independente e ter sucesso”, explica.

A psicóloga destaca que a escolha precisa fazer sentido para cada família e que a convivência pode ser saudável quando existe autonomia, respeito e divisão de responsabilidades. “É preciso questionar qual é a função dessa escolha na vida daquela pessoa. Estamos falando de uma decisão consciente e alinhada aos seus objetivos ou existe uma dificuldade em assumir responsabilidades e construir autonomia? A resposta irá variar de pessoa para pessoa”, afirma.

Dentro de casa, o desafio está em adaptar a relação à vida adulta. Para Ingrid, o filho não deve continuar ocupando apenas o papel de quem recebe cuidados, mas também assumir responsabilidades. “Os problemas tendem a surgir devido a uma confusão nos papéis. O adulto tem responsabilidade e autonomia, mas continua sendo tratado como uma criança, ou quando os pais esperam ter participação ativa nas decisões que já pertencem a esse filho adulto”. Por isso, dividir despesas, tarefas e responsabilidades passa a ser parte importante da convivência. “É importante que o filho não ocupe apenas o papel do ‘filho que mora com os pais’, mas participe das responsabilidades daquela casa, claro, ajustado ao cenário e condição de cada família”, explica.

SAÚDE



Deficiência de B6 pode levar a casos de convulsão, diz Anvisa

Anvisa alerta risco à B6 com uso de carbidopa/levodopa

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitiu alerta sobre risco de deficiência de vitamina B6 em pacientes que utilizam medicamentos contendo carbidopa/levodopa, indicados para o tratamento da doença de Parkinson. A deficiência, segundo

a agência, pode estar associada à ocorrência de convulsões.

Em nota, a Anvisa informou que a decisão foi tomada depois que a Food and Drug Administration (FDA), agência reguladora de medicamentos dos Estados Unidos, identificou casos de convulsões associados

à deficiência de vitamina B6 em pacientes em uso desse tipo de medicamento.

“A avaliação dessas evidências levou à adoção de ações preventivas para ampliar a segurança dos pacientes e fortalecer o monitoramento desse possível risco”, reforçou a Anvisa. “Até o momento, não foram identificados casos semelhantes notificados no Brasil.”

Como medida de segurança, a agência determinou ainda a atualização da bula do medicamento Carbidol, composto por carbidopa/levodopa, incluindo informações sobre o risco de deficiência de B6, e recomendou a avaliação dos níveis da vitamina antes do início do tratamento e de forma periódica durante o uso do remédio.

“A ação adotada pela Anvisa tem caráter preventivo e visa ampliar as informações disponíveis aos profissionais de saúde e aos pacientes, contribuindo para o uso seguro desses medicamentos e para a identificação precoce de possíveis sinais de deficiência de vitamina B6 durante o tratamento”, concluiu a Anvisa. **(AB)**

ENSINO MÉDIO

Nº de professores com menos de 24 anos cai 30% em dez anos

A parcela de professores com menos de 24 anos que dão aulas para o ensino médio nas escolas do país caiu mais de 30% no país nos últimos dez anos. A conclusão é da pesquisa Apagão dos Professores, feita pelo Simesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo).

Divulgada nesta quarta-feira (16) no Fnesp (Fórum de Ensino Superior da América Latina), em São Paulo, a pesquisa identificou queda significativa de professores das menores faixas etárias atuando nas escolas básicas do país. Os dados mostram que a dificuldade em atrair jovens para a carreira docente tem prejudicado a reposição de profissionais para atuar em sala de aula.

Segundo o estudo, entre 2015 e 2025, o número total de professores que atuam nas escolas públicas do país no ensino médio aumentou 6,6%. No ano passado, cerca de 557,4 mil docentes atuavam nessa etapa.

A composição etária, no entanto, mudou significativamente nesse período: com o aumento de profissionais acima de 60 anos e a redução daqueles em início de carreira.

A análise foi feita com dados fornecidos pelo Censo Escolar, do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Eles mostram que, na faixa etária até 24 anos, o número de professores atuando nessa etapa passou de 17.320, em 2015, para 11.937, em 2025 - uma redução de 31,1%.

A faixa etária seguinte, dos 25 a 29 anos, também sofreu queda significativa de professores nesse período, passando de 62.481 para 50.088 - uma redução de 19,8%. Também houve



O número de jovens interessados na carreira pedagógica diminui

queda de 12,3% entre os profissionais de 30 a 39 anos, que passaram de 179.319 para 157.254.

O estudo mostra ainda que, na outra ponta da pirâmide etária, houve movimento contrário com o aumento na proporção de professores. O maior crescimento ocorreu entre os profissionais mais velhos, acima de 60 anos. Eles passaram de 18.243 para 37.301 nesse período - um aumento de 104,5%.

Na faixa etária de 55 a 59 anos, o aumento foi de 48,2%, passando de 31.105 professores para 46.108, entre 2015 e 2025.

Para Rodrigo Capelato, diretor executivo do Simesp, o país vive um processo de envelhecimento do quadro de professores diante da baixa atratividade da carreira. O estudo destaca que os problemas da profissão vão além dos baixos salários, mas também da redução dos cargos concursados e efetivos e da baixa percepção de respeito em relação ao professor.

“Enquanto diminui a presença de professores jovens, cresce o contingente de profissionais mais velhos e tam-

bém aumenta a utilização de contratos temporários, que não asseguram a mesma estabilidade dos cargos efetivos. O resultado é um quadro que consegue responder a necessidades imediatas de contratação, mas apresenta dificuldades crescentes para garantir a reposição e a permanência de professores no médio e longo prazos”, diz Capelato.

O estudo também identificou mudança relevante no tipo de contratação do quadro docente da rede pública. Entre 2015 e 2025, o número de professores com contrato temporário cresceu 40,4%, passando de aproximadamente 146 mil para 205 mil. A participação desses profissionais com contratos temporários no quadro público saltou de 32,2% para 43,4%.

Já o número de professores concursados, efetivos ou estáveis caiu de aproximadamente 305 mil para 255 mil, reduzindo sua participação de 67,2% para 54,1%. Em números absolutos, foram cerca de 50 mil professores efetivos ou estáveis a menos e 59 mil temporários a mais no período. **(FP)**



Santa Angela
construtora

Atenção para oportunidade de emprego!
A CONSTRUTORA SANTA ÂNGELA
ESTÁ COM VAGAS ABERTAS!
As oportunidades são para:
- Assistente de Segurança do Trabalho
- Auxiliar de Limpeza
- Servente
- Assistente de Obras

Os interessados devem encaminhar o currículo
para o e-mail selecao@santangela.com.br
ou entrar em contato pelo
WhatsApp (11) 96394-9073

Construtora Santa Ângela, construindo oportunidades para você!

MUDANÇA

Mbappé deixa Nike e assina com a marca On!

Kylian Mbappé encerrou parceria com a Nike e assinou com a On. A marca suíça terá Thierry Henry no futebol e Roger Federer como acionista.

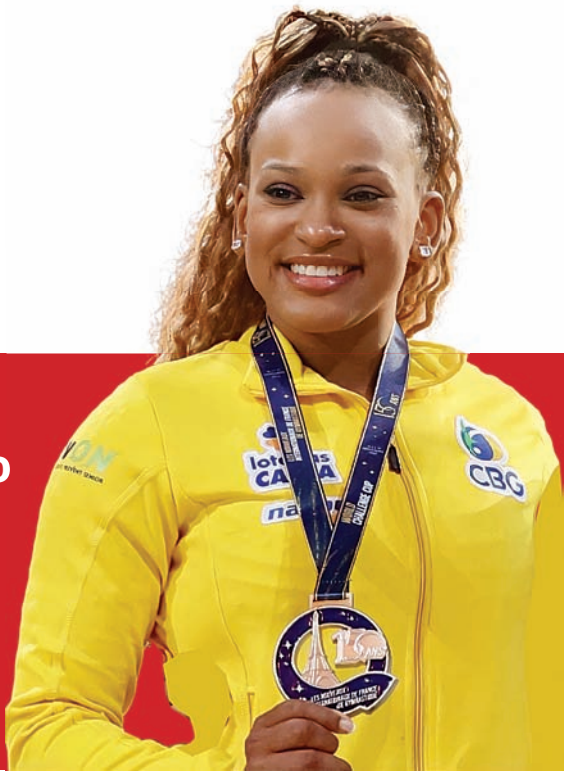


Reprodução/Instagram

GINÁSTICA ARTÍSTICA

Rebeca Andrade lidera o Brasil em Szombathely!

Rebeca Andrade liderou a trave com 14,100 pontos, e o Brasil garantiu 11 vagas nas finais da Copa do Mundo de Szombathely, na Hungria!



BASQUETE DA REGIÃO Aos 17 anos, atleta de Campo Limpo Paulista foi selecionado para representar a região em competição internacional

Aos 17 anos, Henrique Juan busca apoio para jogar no Chile

VITOR SILVA
vsilva@jj.com.br

Aos 17 anos, Henrique Juan, de Campo Limpo Paulista, terá pela frente a primeira experiência internacional no basquete. O jovem atleta foi selecionado para representar a região em uma competição no Chile e agora se prepara para a viagem. Para tornar o sonho possível, ele e a família buscam apoio para custear as despesas.

Henrique pratica basquete há três anos e começou na modalidade por influência da própria família. O primo, que também joga, foi quem o incentivou a experimentar o esporte. Com o apoio dos pais e, posteriormente, do treinador Gabriel, o jovem passou a se dedicar cada vez mais ao basquete.

“Comecei a jogar por incentivo da minha mãe e do meu pai. Depois conheci meu treinador, Gabriel, e graças a ele comecei a amar ainda mais esse esporte”, conta Henrique. Para ele, o incentivo familiar foi fundamental para transformar o primeiro contato com a modalidade em um objetivo esportivo.

A oportunidade de disputar uma competição no Chile surgiu de maneira inesperada.



DIVULGAÇÃO

Henrique Juan, de Campo Limpo Paulista, terá pela frente a primeira experiência internacional no basquete

Henrique participou de uma seletiva e conseguiu avançar após se entrosar com os demais atletas. O bom relacionamento com os jogadores que já conhecia também

ajudou durante o processo.

“Foi de repente. Eu fui para a seletiva e, depois, passei. Fiquei muito feliz em representar Campo Limpo Paulista lá no Chile”, afirma. A convocação também terá um significado especial por ser a primeira experiência do atleta fora do país em uma competição.

Henrique conta que nunca havia participado de um

torneio internacional. Por isso, encara a viagem como uma oportunidade de aprendizado e como um passo importante para sua trajetória no esporte. Além de competir, ele pretende observar o estilo de jogo dos adversários e levar novos conhecimentos para sua carreira.

“Quero aprender muito sobre como as outras pessoas jogam. Já assisti a muitos jogos dos chilenos e eles defendem muito bem. Quero aprender com eles e melhorar ainda mais”, explica o atleta.

A preparação para a competição tem sido intensa. Henrique afirma que está treinando diariamente, trabalhando fundamentos, arremessos, bandejas e aspectos físicos. A rotina inclui atividades com o treinador, academia e fisioterapia, com o objetivo de chegar ao Chile em boas condições.

“Estou treinando muito todos os dias. Meus jogos e meus arremessos melhoraram muito, minha bandeja também. Estou treinando o máximo para chegar lá no Chile e brilhar”, diz Henrique.

O jovem também enxerga a competição como uma possível porta de entrada para novos caminhos no basquete. Um dos objetivos é

chamar a atenção de algum clube chileno e ter a oportunidade de continuar jogando no país. Caso isso não aconteça, pretende retornar ao Brasil e buscar espaço em uma equipe ligada à Federação Paulista de Basquete.

Para chegar ao Chile, entretanto, Henrique enfrenta um obstáculo que vai além das quadras. A família precisa arcar com os custos da viagem, principalmente passagens, hospedagem e alimentação. Segundo o atleta, os pais não têm condições de bancar sozinho todas as despesas, o que tornou necessária a mobilização para arrecadar recursos.

“Além da dificuldade de pagar todo o dinheiro, meus pais não têm condição. Eles precisam trabalhar por fora e, além de eu estar treinando, também tenho que trabalhar para conseguir pagar a passagem e realizar esse sonho”, relata.

A família busca, por meio da campanha de arrecadação e de possíveis parceiros, reunir o valor necessário para viabilizar a participação. Para Henrique, a viagem representa mais do que uma competição: é a chance de viver sua primeira experiência internacional, representar sua cidade e abrir novos caminhos dentro do basquete.

BRASILEIRÃO

Corinthians recebe Fluminense pelo Brasileiro

O Corinthians recebe o Fluminense neste domingo (20), às 16h, na Neo Química Arena, pela 28ª rodada do Campeonato Brasileiro. O duelo coloca frente a frente equipes que chegam em situações diferentes na tabela.

O Timão inicia a rodada na 14ª colocação, com 32 pontos em 27 partidas. A equipe busca recuperação no campeonato após uma sequência negativa e volta as atenções



Rodrigo Coca/Corinthians/X

Timão busca reação diante do Tricolor neste domingo

para a competição nacional depois do compromisso pela

Libertadores.

O Fluminense aparece na quinta posição, com 45 pontos em 27 jogos. O Tricolor carioca tenta manter-se entre os primeiros colocados e chegar a mais um resultado positivo fora de casa.

A partida será disputada na Neo Química Arena, em São Paulo, e está marcada para as 16h. A CBF confirmou o confronto na programação da 28ª rodada do Brasileirão.

VERDÃO EM CAMPO

Grêmio recebe Palmeiras pela 28ª rodada

O Grêmio recebe o Palmeiras neste domingo (20), às 11h, na Arena do Grêmio, em Porto Alegre, pela 28ª rodada do Campeonato Brasileiro. A partida terá transmissão exclusiva do Premiere.

O Tricolor ocupa a 16ª colocação, com 28 pontos em 27 partidas, e chega ao confronto após três derrotas consecutivas. A equipe terá Renato Portaluppi de volta ao comando técnico, em sua quinta passagem pelo clube.

O Palmeiras é o vice-líder do Brasileirão, com 56 pontos, um atrás do Flamengo. O time paulista vem de vitória

sobre o São Paulo por 2 a 0 e busca somar pontos fora de casa para seguir na parte de cima da tabela.

O duelo também marca o reencontro das equipes após o primeiro turno. Em abril, pela nona rodada, o Palmeiras venceu por 2 a 1, na Arena Barueri. Marlon Freitas marcou duas vezes

para os paulistas, enquanto Carlos Vinícius descontou para o Grêmio.

Outro destaque será a ausência de Abel Ferreira no banco palmeirense. O treinador cumpre suspensão no Brasileirão, enquanto Renato terá apenas poucos dias de preparação para sua reestreia pelo Grêmio.

Sindicato dos Metalúrgicos de Cajamar Região
Edital – Eleição 2026

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Cajamar e Região, com sede social na Rua Pedro Binato, nº 173 – Bairro Jordanésia, no Município de Cajamar/SP, Marcelo Teixeira de Oliveira, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, vem, pelo presente Edital, comunicar a todos os interessados e os que deste vierem a saber, que se inscreveu apenas uma Chapa ao Pleito Eleitoral que renovará os membros Efetivos e Suplentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, que será realizada nos dias 24 a 27 de novembro de 2026, no horário das 00:00 às 24:00 horas, a qual se denomina Chapa 1 – “UNIDOS SOMOS + FORTES”, tendo como membros os seguintes associados: Joildes Ferreira da Silva, Marcos Roberto Martins, Arnaldo José Marcondes Júnior, Sebastião Santos Rosa, José Dalton Lopes Camargo, João Batista Mayer Júnior, Cicero Alves Delgado, Paulo Macedo Rodrigues, Gilberto Rios de Almeida, Joaquim Novaes Marinho, Marcel Carlos Diana, André Siqueira de Miranda, Ariana Lucia de Jesus Fonseca, Edina Cristina Escalante, Paulo Roberto Soares, Marcelo Teixeira de Oliveira, Antonio da Cruz Silva, Alessandro Jose Antunes da Silva, Gabriel de Souza Carvalho, Erinaldo Vieira, Cesar Bento, Eder Sócrates de Oliveira, Lucicleide Rodrigues da Silva, e Sidnei Gois. Comunico, ainda, que fica aberto o prazo de cinco dias, a partir da publicação do presente, para a apresentação de impugnações aos candidatos acima relacionados, nos termos das disposições estatutárias.

Cajamar, 20 de setembro de 2026
MARCELO TEIXEIRA DE OLIVEIRA – Diretor Presidente

VENDEDOR INTERNO

Atendimento e vendas de materiais elétricos, prospecção de clientes, orçamentos, negociação e acompanhamento de pedidos. Requisitos: experiência em vendas e conhecimento em materiais elétricos, fios e cabos.

Enviar currículo para
financeiro1@comesp.com.br

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Cadastro de clientes e fornecedores, conferência de pedidos e notas fiscais, emissão de GNRE/DARE, conferência de fretes, atendimento de balcão, fechamento de caixa e rotinas administrativas. Desejável experiência na área.

Enviar currículo para
financeiro1@comesp.com.br